

Edificio "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



Ata da audiência pública referente ao Projeto de Lei nº 51/2025, do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Cordeirópolis para o exercício de 2026, conforme especifica, realizada em 20 de outubro de 2025.

Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, a partir das catorze horas, no Plenário "Vereador Irio Alves" da Câmara Municipal de Cordeirópolis, foi realizada audiência pública sobre o Projeto de Lei nº 51/2025, do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Cordeirópolis para o exercício de 2026. O convite para esta audiência foi publicado no Jornal Oficial do Município e no Jornal Oficial Eletrônico da Câmara e ela foi prestigiada pelas pessoas indicadas na lista de presença. Conduziu a audiência o representante da Prefeitura, Renato Marcelo Mascarin, dizendo inicialmente que os dados já foram expostos anteriormente na audiência do Executivo e são os mesmos. Frisou que a previsão da receita é de R\$ 325 milhões, mas em termos de Receita Corrente Líquida é de R\$ 268 milhões, sendo R\$ 40 milhões em Receita de Capital. Disse que as principais receitas do Município são o IPTU, o ISSON, o FPM e o ICMS, IPVA e o FUNDEB e a operação de crédito do Anel Viário ter o desembolso aí da obra do anel viário e também as transferências de capital que envolve alguns investimentos que a gente obtém recursos tanto do estado como do governo federal pelos projetos de alguns cadastramentos, pode ser que a gente consiga em torno de guase R\$ 7 milhões de recursos de investimento do Estado e também do Governo Federal. Quanto às despesas por órgão, informou que a Câmara terá R\$ 7,4 milhões, Saúde R\$ 62 milhões, Educação quase R\$ 67 milhões, Secretaria da Mulher R\$ 14 milhões, Obras e Planejamento R\$ 41 milhões, abrangendo o Anel Viário, Secretaria ou Chefia de gabinete R\$ 3,9 milhões; Desenvolvimento Econômico Sustentável R\$ 1,5 milhão, Segurança quase R\$ 15 milhões, Procuradoria R\$ 3 milhões, Finanças R\$ 27 milhões pelos financiamentos envolvidos; Administração R\$ 5 milhões, Justiça R\$ 11 milhões porque está prevista a aquisição de uma área para fazer um conjunto habitacional, de quase R\$ 10 milhões, não de recurso próprio mas vamos tentar recursos do Governo do Estado, Federal ou talvez operação de crédito; Cultura R\$ 800 mil, Esporte R\$ 5 milhões, Meio Ambiente quase R\$ 3 milhões, Serviços Públicos, R\$ 31 milhões, Gabinete do Prefeito R\$ 700 mil, SAAE R\$ 13 milhões e deixamos a reserva de contingência R\$ 2,177 milhões para fazer as emendas impositivas. Quanto às aplicações constitucionais, o mínimo para a educação é 25% e colocamos no orçamento uma estimativa de aplicar quase 26%, ou seja, R\$ 25 milhões e a mais do que a aplicação constitucional. Disse que na saúde, vamos aplicar R\$ 37 milhões, que corresponde a 15,70%, o mínimo é 15%. só que se aplica muito mais com a despesa CISMETRO, que não entra para a contabilização do percentual de aplicação com a saúde, o Tribunal de Contas não considera isso; se a gente considerar a despesa com o Cismetro, vai ser em mais ou menos R\$ 14 milhões a mais e então o percentual com a saúde vai ficar em torno de 22%. Quanto às despesas com capital, o total de receitas correntes do município é de R\$ 311 milhões contando com o SAAE, mas tem as deduções do FUNDEB, caindo para uma Receita Corrente Líquida de R\$ 274 milhões com R\$ 134 milhões de despesa de pessoal da Prefeitura e as indenizações, que são alguns precatórios que temos de desconsiderar e então o total de despesa com o pessoal dá 131 milhões, atingindo 47,78%, bem abaixo do limite prudencial, que é 51%. Quanto às previsões de despesas obrigatórias de caráter continuado, a previsão da revisão anual do salário dos servidores é em torno de 5%, o mesmo índice para previsão de aumento no vale alimentação; indenizações de precatórios trabalhistas R\$ 25 milhões, na realidade R\$ 8 milhões. mas foi colocado este valor porque foi feita uma emenda na Constituição que permite ao município que tem a receita corrente líquida comprometida com precatório, que ele pode pagar em torno de 1



Edificio "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



a 2% da receita corrente líquida e por isso está colocando este valor, o que no futuro irá virar uma "bola de neve" e esses precatórios vão se estender por muito tempo, o que ocorre no Governo do Estado referente à FEPASA e talvez muitos precatórios irão se estender mais para recebimento, mas tem que colocar aí como despesas obrigatórias. Com relação a concessões e benefícios, temos o auxílio estudante, que é a bolsa faculdade e auxílio transporte, o programa Comida na Mesa, o aluguel social e o bolsa atleta que estão incluídos. Quanto aos projetos estão previstas reformas das escolas, de algumas unidades de saúde, da unidade do Cras, o Anel Viário - talvez a gente vai executar pelo menos de dois a três trechos, que vai usar em torno de R\$ 26 milhões; alguns recapeamentos não só com recurso próprio, mas com recursos do Estado e do Governo Federal, de R\$ 4 milhões; a área que a gente vai tentar adquirir logo no começo do ano, para construção de um conjunto habitacional; o recapeamento que a gente faz todo ano, em torno de R\$ 2 milhões, totalizando R\$ 43 milhões. Quanto às emendas impositivas, a Constituição Federal no artigo 166, fala de 2% só que ao mesmo tempo, ela fala que o Estado ele tem o artigo 175 na Constituição do Estado que define o limite de 0,45%, o que está sendo utilizado, mas no futuro bem próximo estará obrigado todas as Câmaras a ajustarem a lei orgânica de acordo com o artigo 166 a partir de 2027. Frisou que o percentual permitirá o valor de R\$ 1,236 milhão para dividir entre os vereadores sendo R\$ 68 mil para a Saúde e o mesmo valor para outras ações. Frisou que a situação financeira da Prefeitura não é boa e os vereadores precisam procurar os deputados para conseguirem emendas. Recomendou que os vereadores não façam emendas com valores pulverizados, o que gera dificuldade de execução; existem emendas impositivas que ainda não foram executadas e os vereadores que estavam na legislatura anterior estão recebendo alguns ofícios para mudança de objeto, e se a emenda contiver objetivo que se possa executar de forma técnica, vai acontecer mais rápido. Disse que está atendendo muito bem as entidades do terceiro setor, eles estão recebendo um valor considerável para execução dos planos de trabalho que eles têm proposto. Questionado quanto foi a receita corrente líquida prevista no ano passado e neste, foi respondido que era de R\$ 240 milhões; que as impositivas estaduais abriram dia 3 de outubro e todos os vereadores devem ficar atentos. Perguntou sobre os valores repassados às entidades, sendo respondido que são mais de R\$ 7 milhões por ano, aproximadamente R\$ 680 mil por mês. Vinicius Breve perguntou a diferenca entre Administração, Chefia de Gabinete e Gabinete, sendo respondido pelo representante da Prefeitura. Foi perguntado se emendas destinadas a compra de próteses ou órteses podem ser classificadas como saúde, sendo respondido que sim. O representante da Prefeitura disse que os Fundos Municipais também podem receber emendas impositivas. Foi perguntado se o orçamento já prevê o aumento do IPTU, sendo respondido que vai ser feita a correção inflacionária e a inclusão de novos empreendimentos no cadastro imobiliário. O representante da Prefeitura disse que as emendas podem também beneficiar os cursos do Sistema S. Diego Fabiano perguntou sobre os valores do transporte escolar e a situação financeira da prefeitura, sendo respondido que no primeiro sempre sobram recursos devido à desistência dos beneficiários e quanto à situação financeira da Prefeitura, a arrecadação diminuiu R\$ 5 milhões, foram pagos R\$ 20 milhões em despesas do governo anterior e a prefeitura está com os fornecedores atrasados desde agosto e será feita uma reunião para que todos os setores diminuam suas despesas, reafirmando o pedido para que vereadores consigam amendas para aplicação na Saúde. Rozimar disse estar sendo cobrado sobre as refeições dos funcionários que trabalham 12x36, perguntando também sobre as diárias dos motoristas, sendo sugeridas indicações à Secretaria da Saúde para aplicação no ano que vem. Foi dito que este ano já foi pago de R\$ 18 a 20 milhões em dívidas, perguntando se elas ficarão para o ano que vem, sendo respondido que de 2024 ainda vai ficar R\$ 13 milhões, mais os restos a pagar da



#### Edificio "Dr. Cássio de Freitas Levy"

■ ESTADO DE SÃO PAULO ■



atual administração. Foi citado que será comprado um terreno de R\$ 10 milhões para casas populares, perguntando se será o do Bosqueiro, sendo respondido que estão pensando em uma desapropriação extrajudicial ainda este ano, além de outra que está sendo verificada para este processo que está sendo tentado no CDHU ou para operação de crédito na CEF. Foi citado que as emendas da Saúde não precisam ser somente na Secretaria da área e que os pedidos de emendas a deputados na área são atendidos em 100%. Não havendo mais nada a tratar, encerrou-se a reunião, da qual foi feita esta ata por mim, Paulo Cesar Tamiazo, Analista Legislativo.

Paulo Cesar Morais de Oliveira Presidente

> Vilson Natal Caleffi Vice-Presidente

Valmir Sanches 1º Secretário

Diego Fabiano de Oliveira 2º Secretário Cicero de Cássio da Silva Saraiva Vereador

Deize Cristina Bettin Carron Vereadora

Rozimar Rodrigues de Oliveira Vereador

> Sidnei Gâmbaro Vereador





#### **Assinaturas Digitais**

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Cordeirópolis. Para verificar as assinaturas, clique no link: <a href="https://cordeiropolis.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=8MWFUJ8SY6K3CS4S">https://cordeiropolis.siscam.com.br/documentos/autenticar</a> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 8MWF-UJ8S-Y6K3-CS4S

